



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150754 - MG (2021/0230814-5)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE** : GUSTAVO DA SILVA RIBEIRO MAGALHAES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : ROMARIO FERNANDES DE FREITAS - MG192583  
BRAULIO DA SILVA FERNANDES - MG193055  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : BRUNO AMORIM FELIPE  
**CORRÉU** : ANDERSON MARQUES MACHUCO  
**CORRÉU** : CUSTODIO FERREIRA NETO  
**CORRÉU** : DAVID DOS SANTOS PERON  
**CORRÉU** : PAULO HENRIQUE MENDES DE JESUS  
**CORRÉU** : BEATRIZ BATISTA COELHO  
**CORRÉU** : MAICON DAVID INOCENCIO DE LANA  
**CORRÉU** : ANDERSON MEDEIROS BATISTA ROCHA  
**CORRÉU** : MATHEUS BONIFACIO GRAVINA  
**CORRÉU** : ROMARIO DOS SANTOS PINTO  
**CORRÉU** : LEONARDO DA SILVA RIBEIRO MAGALHAES  
**CORRÉU** : MARCELO GRAVINA CARVALHO  
**CORRÉU** : WEVERTON RIBEIRO MARCIANO  
**CORRÉU** : DAYANNA MOREIRA  
**CORRÉU** : ANILZO FERREIRA LOPES  
**CORRÉU** : PETERSON SILVA DOS SANTOS  
**CORRÉU** : UGLEIDSON WILLIAN INOCENCIO DE LANA  
**CORRÉU** : TIAGO CUNHA DA SILVA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GUSTAVO DA SILVA RIBEIRO MAGALHAES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.064236-9/000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos no artigo 2º, *caput*, §2º e §4º, inciso I, da Lei n. 12.850/2013; art. 33 c/c o art. 40, inciso VI, da Lei n. 11.434/2006 e art. 244-B do ECA.

Sustenta que está custodiado desde 17/06/2020, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente, que o recorrente possa aguardar em liberdade o julgamento final da ação penal. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja colocado em liberdade, em virtude do apontado excesso de prazo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 171/174):

[...]

*O excesso de prazo não resulta de mera soma aritmética pois se deve observar o princípio da razoabilidade que a lei empresta aos atos judiciais de uma forma em geral.*

[...]

*O excesso de prazo não resulta de mera soma aritmética pois se deve observar o princípio da razoabilidade que a lei empresta aos atos judiciais de uma forma em geral.*

[...]

*O feito ademais está tramitando regularmente, eis que o processo é complexo, envolvendo 19 [dezenove] réus e 13 [treze] advogados.*

*Importante ressaltar ainda que inexistente qualquer desídia do judiciário no andamento do presente processo, eis que a demora é justificada diante das peculiaridades do caso em concreto.*

*Importante destacar a necessidade da manutenção da custódia cautelar para garantia da ordem pública, diante da gravidade da conduta delituosa em comento, porquanto o paciente seria integrante de uma organização criminosa, voltada para prática dos delitos de tráfico de drogas, corrupção de menores, posse/porte de arma de fogo, homicídios qualificados e outros crimes graves, na região de Ubá.*

[...]

*Desta forma, não há qualquer inércia ou desleixo por parte do judiciário no presente caso.*

*Atualmente, conforme apontado pelo Magistrado primevo, o processo aguarda a apresentação das repostas a acusação dos demais réus para posteriormente ser marcada a audiência de instrução e julgamento.*

*Assim, tramitando o feito regularmente, não cabe a alegação de excesso de prazo.*

*Não há que se falar assim em constrangimento ilegal.*

Assim, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência